

Plano de emergência ganha

Primeiro grande programa de Sarney terá mais recursos

O Programa de Emergência contra a Fome e o Desemprego — um dos primeiros decretos a serem assinados pelo presidente José Sarney — vai ser executado, até o final do ano, com recursos de Cr\$ 12 trilhões e não com Cr\$ 8 trilhões, verba inicialmente anunciada por autoridades da equipe econômica do Governo.

Segundo qualificados informantes governamentais, o aumento das dotações para o programa se deve a utilização de recursos do primeiro excesso de arrecadação fiscal do ano, cuja proposta de utilização o Executivo vai enviar para o Legislativo até o final deste mês. O valor desse excesso de arrecadação não foi divulgado.

De acordo com os informantes, o programa de emergência contava inicialmente com Cr\$ 6 trilhões do orçamento fiscal aprovado para este ano; o presidente José Sarney, entretanto, autorizou que fosse dobrado esse valor com a utilização de recursos de primeiro excesso de arrecadação fiscal e de um remanejamento mais aprofundado das dotações para a área social neste ano, que passam agora de Cr\$ 19 para Cr\$ 25 trilhões de cruzeros.

As verbas para a área social, fixadas no orçamento da União aprovado para 85, eram de Cr\$ 22 trilhões. Com o congelamento de recursos fiscais, determinado em 31 de dezembro e 16

de março, elas caíram para Cr\$ 19 trilhões, e sobem agora para Cr\$ 25 trilhões, em função do aporte extraordinário de Cr\$ 6 trilhões.

AS PRIORIDADES

O combate a fome receberá tratamento prioritário do programa, ficando em segundo plano o combate ao desemprego, embora esta preocupação esteja intimamente ligada à primeira, na medida, por exemplo, que obras de saneamento básico no meio rural terão o objetivo de atacar o problema da fome através da criação de oportunidades de trabalho.

Os Cr\$ 12 trilhões serão aplicados prioritariamente em programas de alimentação para populações carentes das periferias dos grandes centros urbanos e também do Nordeste; para crianças de zero a dois anos, para nutrízes e gestantes; para a população escolar, através da merenda escolar. Além disso, serão canalizados recursos para a área de segurança pública, como o objetivo de aumentar a capacidade carcerária de presídios, melhorando assim as condições de vida dos detentos; construção de delegacias; e redução de detentos. Outra área a ser contemplada com recursos é a de saneamento básico. Estes dois últimos subprogramas estão mais vinculados à preocupação do Governo com a geração de empregos.

Os recursos serão distribuídos pelo Governo para os Estados em municípios que ficarão com a responsabilidade de aplicá-los nas áreas eleitas como prioritárias, e de prestar contas sobre a sua efetiva utilização.

COBAL

Em função do Programa de Emergência, também conhecido como Diretrizes para a Área Social em 85, a Cobal — Companhia Brasileira de Alimentos — será totalmente reestruturada, garantiram ontem — bem informadas fontes do Governo.

Para começar, definiu-se que os mercados e supermercados da empresa vão reduzir bastante o número de artigos em oferta, concentrando-se nos gêneros de primeira necessidade. Além disso, a Cobal cuidará do fortalecimento imediato da Rede Somar, cadeia de pequenos pontos de venda no varejo espalhadas pela periferia das metrópoles.

As alterações tem como objetivo tornar a empresa mais eficiente na oferta de alimentos a populações carentes, não só de regiões urbanas como também do Nordeste do País. Uma outra preocupação do Palácio do Planalto é com a redução dos custos de compra da empresa, de forma a fazer com que os alimentos cheguem aos consumidores carentes a preços mais acessíveis.

Agora, pressa nas medidas

O presidente José Sarney deve, a partir de agora, acelerar a procura e a obtenção de resultados econômicos. O seu governo não dispõe do crédito que a Nação concedeu a Tancredo Neves. Este o pensamento dominante entre ministros, governadores e parlamentares que estiveram ontem no Palácio do Planalto prestando homenagem a Tancredo Neves. Para esses políticos, Sarney não vai escapar da necessidade de uma reforma ministerial parcial — mas o comando da economia permanecerá entre Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento.

Em termos de política econômica, a definição vai ser dada em negociação ainda em curso entre as alas "conservadoras" e "progressistas" que formam a frente político-parlamentar de apoio ao governo. Para acelerar essa negociação, o Presidente da República vai imprimir ritmo próprio a partir de agora, afirma um auxiliar de Sarney. Esse "ritmo próprio" é conceituado como uma atuação administrativa objetiva, prática e com cobrança de resultados. Desse modo, Sarney primeiro mudará a atual ênfase de governo, depois fará a reforma ministerial.

Há diferentes tons entre os que pregam a reforma ministerial. O ministro dos Transportes e senador Afonso Camargo (PMDB-PR) acha que "vai ser mantido todo o Ministério", e faça a ressalva de que "isto não quer dizer que eu queria ficar no mesmo posto". O deputado Sival Guazeili (PMDB-RS) afirma não ver "necessidade de reforma ministerial", enquanto o governador alagoano, Divaldo Suruagy (PFL), que foi vice na chapa de Mario Andreazza, acha que "só Sarney tem a resposta" sobre a conveniência e a necessi-

dade de uma mudança no quadro de seus auxiliares.

Contra esses posicionamentos há discordância em diferentes legendas partidárias. O deputado Alberico Cordeiro (PDS-AL) diz que "ainda que só dentro de algumas semanas, Sarney terá que mudar o seu Ministério". Uma mudança que o deputado Homero Santos (PFL-MG) prefere ver como "o Presidente adaptando sua administração à Aliança Democrática, de que ele faz parte". Adaptação essa que Santos define como a substituição de "alguns daqueles que ocupam cargos de mais estreita confiança", mas "sem que isso signifique uma reforma total".

E precisamente com a certeza de que haverá reforma parcial do Ministério que fala o governador da terra de Sarney, o Maranhão, Luís Rocha (PFL). Ele lembra que formar um governo "é muito pessoal. Tem muito que ver com a intimidade e convivência". Com o que concorda o governador do Paraná, José Richa, confidenciando que "o ideal politicamente seria preservar esse ministério", mas como isso não será possível "nel, ao de haver reforma geral", mas ajustes "à dinâmica política".

"A primeira coisa que se deve fazer agora é dar uma for Sarney", replica o líder do governo passado na Câmara, o deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), quando indagado sobre reforma ministerial. Na mesma direção apontam o senador Severo Gomes (PMDB-SP), para quem "não vai ser fácil administrar a economia do Brasil nesta fase", e o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) segundo quem é fundamental que Sarney acelere "a visão social do programa de governo".

Para o deputado Homero Santos (PFL-MG) não há o que mudar: "O programa

econômico já está predefinido, embora ainda não tenha dado tempo de produzir frutos" sociais fundamentais, segundo o governador Rocha, "para ampliar as bases políticas do governo" uma ampliação que significa "somar e multiplicar — únicas operações que um governo político deve praticar".

Acontece que a execução desses programas sociais, necessários para a adesão da sociedade ao governo, está se defrontando com dificuldades. Para o deputado Haroldo Lima (PMDB-BA), identificado com o PC do B, o governo tem que dar um novo tratamento à negociação da dívida externa se deseja conseguir espaço para fazer a economia voltar a crescer, enquanto que para o senador Roberto Saturnino (PDT-RJ), possível candidato à sucessão de Leonel Brizola, será vital no perfil do futuro governo o modo como Sarney vencer o dilema que se apresentava para Tancredo: compatibilizar os compromissos de desenvolvimento econômico assumidos com o povo com as obrigações do processo de reajuste econômico existentes com o Fundo Monetário e os bancos credores.

Saturnino acha que Tancredo tinha sua própria estratégia para enfrentar esse dilema. Uma estratégia que, diz ele, hoje ninguém sabe qual, o que faz com que o presidente Sarney tenha, agora, que elaborar e executar sua própria estratégia. Do ponto de vista prático, no campo da administração econômica, essa questão é assim colocada pelo deputado Aírton Soares, do ex-PT hoje sem legenda partidária: serão as medidas econômicas que vão definir quem vai ficar e quem vai sobrar no Ministério. Se Sarney fortalecer Dornelles, será Sayad quem sairá. Se o fortalecimento for Sayad, o excluído será Dornelles.

que o previsto
Cr\$ 12 tri